



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO - CAV/DIREX/PF

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 08211.000910/2022-32

Processo Administrativo nº 08211.000910/2022-32

Aquisição de Tablets e Suportes de Pannel para uso na Aviação

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços para a aquisição, sob demanda, de equipamentos portáteis do tipo Tablet, películas de proteção compatíveis, capas e suportes, com garantia de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

**2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**

2.1. Bens e serviços que compõem a solução

Grupo	Item	Equipamento	Unidade medida	Código CATMAT	Quantidade máximas PF	Quantidade máximas PRF	Valor unitário de referência R\$	Valor Total PF - R\$	Valor Total PRF - R\$
1	01	Tablet Ipad Air 5ª geração 2022 Wi-fi+5G 256 GB Homologado Anatel , garantia do fabricante de 12 meses e demais especificações técnicas em anexo.	unid	478584	60	100	<b>R\$ 10.390,10</b>	R\$ 623.405,80	R\$ 1.039.010,00
	02	Película compatível com Ipad Air 2022 Vidro Temperado, oleofóbico, dureza mínima 7H, kit de instalação	unid	95974	60	100	<b>R\$ 218,54</b>	R\$ 13.112,40	R\$ 21.854,00
	03	Capa compatível com o tablet deste procedimento conforme especificações em anexo	unid	478803	60	100	<b>R\$ 1.139,05</b>	R\$ 68.343,00	R\$ 113.905,00
	04	Suporte de superfície com copo duplo de sucção (ventosas) conforme especificações em anexo	unid	475693	38	100	<b>R\$ 1.000,00</b>	R\$ 38.000,00	R\$ 100.000,00
	05	Suporte de perna conforme especificações em anexo	unid	475693	60	100	<b>R\$ 300,00</b>	R\$ 18.000,00	R\$ 30.000,00

**2.2. Estimativa da Demanda da Polícia Federal:**

2.2.1. Esta unidade de aviação conta com 23 pilotos policiais tripulantes de aeronaves de asa fixa (avião), 18 pilotos policiais tripulantes de aeronaves de asa rotativa (helicóptero) e 4 policiais em treinamento para esta função, 07 tripulantes operacionais para aeronaves de grande porte (EMB-145 e EMB-175) e recrutamento anual estimado de 04 policiais para funções aéreas (04 para o ano 2022 e 04 previstos para 2023).

2.2.2. Levando-se em consideração a modalidade do Sistema de Registro de Preços como o mais eficiente para a presente contratação, para atender à demanda desta unidade aérea, a previsão de contratação seria de **60 dispositivos eletrônicos que atenda ao corrente ano e o ano de 2023**, conforme preenchimento do quadro via recrutamento.

2.2.3. Em atenção ao quantitativo de películas para a tela do dispositivo, capas de proteção e suportes de perna, o quantitativo será o mesmo descrito anteriormente, pois atende ao quantitativo de equipamentos eletrônicos pretendidos.

2.2.4. Os suporte para fixação em superfícies será quantificado de acordo com o número de aeronaves pertencentes a esta unidade aérea. Atualmente conta com 05 helicópteros modelo esquilo, 01 helicóptero modelo AW-139, 04 aeronaves modelo jato, 04 aviões de porte médio (03 Caravans e 01 King Air). Há também projetos em andamento para aquisição de 01 avião de porte médio e 04 helicópteros na modalidade de aluguel, a ser operado por pilotos policiais desta unidade, totalizando 19 aeronaves até o fim de 2023. Serão considerados 02 suportes de fixação por aeronave, totalizando **38 suportes**.

**2.3. Estimativa da Demanda da Polícia Rodoviária Federal:**

2.3.1. Esta unidade de aviação conta com 100 pilotos policiais tripulantes de aeronaves, sendo 84 pilotos policiais tripulantes de aeronaves de asa rotativa (helicóptero), e 16 pilotos operacionais para aeronaves de asa fixa.

2.3.2. Levando-se em consideração a modalidade do Sistema de Registro de Preços como o mais eficiente para a presente contratação, para atender à demanda desta unidade aérea, a previsão de contratação seria de 100 dispositivos eletrônicos que atenda ao corrente ano e o ano de 2023, conforme preenchimento do quadro via

recrutamento.

2.3.3. Em atenção ao quantitativo de películas para a tela do dispositivo, capas de proteção e suportes de perna, o quantitativo será o mesmo descrito anteriormente, pois atende ao quantitativo de equipamentos eletrônicos pretendidos.

2.3.4. Os suportes para fixação em superfícies será quantificado em mesma quantidade do número de tablets.

2.3.5. Este estudo será divulgado dentro de outras unidades de segurança pública com operações semelhantes e também em outras UASG desta PRF interessadas em aquisição semelhante, atendendo à critérios de economicidade processual.

### 3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

#### 3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.1.1. A aquisição aqui presente, visa modernizar e tornar mais eficiente a informação e obtenção de dados pelo piloto policial federal, quando da operação de aeronaves institucionais, atende ao Planejamento Estratégico desta Polícia Federal, especificamente no Objetivo Estratégico "Fortalecer o enfrentamento à criminalidade", Recursos Especiais. (fonte: Mapa Estratégico da PF - 2021/2023, publicado no Boletim de Serviço nº 154, de 16.08.2021).

3.1.2. Na aviação civil é exigido que inúmeros documentos relacionados à aeronave e ao voo estejam a bordo. A ANAC regulamenta estes documentos mandatórios em seu REGULAMENTO 91 - SUBPARTE A, artigo 91.503 - Equipamentos de voo e informações operacionais - transcritas a seguir os itens importantes para este estudo, de forma pedagógica:

3.1.3. Subitem (a) "O piloto em comando de um avião deve assegurar-se que os seguintes equipamentos de voo, cartas aeronáuticas e informações operacionais, em versões atualizadas e em formato adequado, estarão disponíveis na cabine de pilotos do avião em cada voo:"

3.1.4. (...)

3.1.5. (3) cartas aeronáuticas pertinentes às rotas.

3.1.6. (4) para voo IFR ou VFR noturno, as pertinentes cartas de aerovias, áreas terminais, procedimentos de aproximação e de saída por instrumentos.

3.1.7. (...)

3.1.8. (6) O Manual de Voo do Avião, se aplicável.

3.1.9. Verificar e manter tais documentos atualizados e válidos requer tempo e atenção exclusiva, não é eficiente do ponto de vista operacional e requer um dispêndio evitável de impressões em papel e atentando contra a noção de sustentabilidade ambiental.

3.1.10. Diante desta limitação, a ANAC emitiu a Instrução Suplementar IS nº 91-002 (atualmente na revisão D) que visa orientar e regulamentar o uso de informações aeronáuticas em formato digital - tecnicamente conhecido no meio de aviação como *Electronic Flight Bag (EFB)*.

3.1.11. Esta Instrução Suplementar sucita diversos contextos que serão mencionados a seguir a fim de esclarecer melhor a necessidade técnica que será levantada neste estudo.

3.1.12. Item 8.6 "O sistema EFB disponibiliza informações estáticas ou interativas cujas funcionalidades são equivalentes às referências impressas."

3.1.13. Item 8.7 "O operador deve assegurar-se que as informações utilizadas são válidas e atualizadas."

3.1.14. Item 9.4 "Quando houver a substituição de qualquer publicação de consulta em voo, é mandatório que exista a bordo um meio alternativo de acesso (backup) às informações disponíveis nos EFB. Esse meio alternativo poderá consistir em material impresso ou de um EFB adicional."

3.1.15. Das Características Específicas: item 10.1 "A fim de garantir a visualização adequada das informações é recomendado que o tamanho da diagonal do display não seja inferior a 9 polegadas (aprox. 23 cm), sendo que a dimensão mínima não pode ser inferior a 7,9 polegadas (aprox. 20 cm)."

3.1.16. Item 9.1 "Os EFB podem ser utilizados durante toda as fases do voo em substituição ao material impresso desde que as informações disponibilizadas atendam aos seguintes critérios:

3.1.17. Subitem a) "o formato deve ser equivalente ao impresso; e"

3.1.18. Subitem b) "as informações disponibilizadas com fins de navegação, planejamento e performance estejam válidas e atualizadas."

3.1.19. A Instrução Suplementar IS nº 91-002, revisão D, emitida pela ANAC, em seu apêndice A, enumera os arquivos e aplicativos em dispositivo eletrônico que devem ser utilizados em substituição à documentação impressa a bordo.

3.1.20. A aplicação desta norma permite uma maior eficiência no armazenamento das informações pertinentes à aviação, atualização instantânea de informações meteorológicas, de rotas de voo e mapas aeroportuários. A consulta ao dispositivo eletrônico torna mais ágil a aquisição de informações antes e durante a operação da aeronave.

3.1.21. Para ilustração da parte operacional de um voo é conveniente mencionar a seção 91.103, do Regulamento 91, "Atribuições de pré-voo". Este tópico menciona a obrigatoriedade do piloto em comando checar todas as informações necessárias ao planejamento do voo, que são encontradas em publicações do DECEA, consulta a NOTAM, informações e previsões meteorológicas, aeródromos disponíveis próximos ao aeródromo de destino, informações sobre pistas e performance de decolagem.

3.1.22. Todas essas informações registradas nos itens anteriores podem ser obtidas com atualizações em tempo real, de rápida e fácil visualização, através de um dispositivo eletrônico portátil (PED - da sigla em inglês).

3.1.23. Esta unidade policial aérea, até a presente data, não provê solução institucional padronizada para atender aos pontos elencados neste tópico.

3.1.24. Da necessidade de capa e suporte:

3.1.25. Subitem 5.9 "(...) devem ser fixados apropriadamente de modo que não interfiram nos comandos da aeronave e estejam visíveis em todas as fases do voo."

3.1.26. O subitem 5.10 segue com a descrição de um EFB e do respectivo suporte "(...) Os EFB Classe 2 são fixados na aeronave, porém não possuem projeto ou instalação certificada pela autoridade aeronáutica. Os tripulantes devem ser capazes de remover ou fixar a sua base com facilidade. (...)".

3.1.27. Com este fim, foi planejada a aquisição conjunta de 02 (dois) suportes de fixação para *tablet*, por aeronave (comandante e co-piloto), e um suporte de perna individual, para cada piloto. Convém reforçar, tendo em vista a afirmação final do item anterior, que a solução de suporte não deve ser instalada permanentemente à aeronave, e sim, uma solução portátil, capaz de ser fixada e retirada conforme demanda do piloto em operação.

3.1.28. Para a adequada proteção do *tablet* e facilidade de instalação do mesmo no suporte que ficará na aeronave, foi considerado a aquisição de capa de proteção, compatível com o suporte. Ainda no quesito proteção do *tablet* e manutenção da longevidade do equipamento, foi considerada a aquisição de películas de tela compatíveis com o modelo do *tablet*.

3.2. Não há previsão neste certame para adesões de órgãos não participantes.

3.3. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais.

3.3.1. Alinhamento ao [Planejamento Estratégico da PF](#) e [Estratégia de Governo Digital](#)

ID	Objetivos Estratégicos
N1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, Recursos Especiais
...	
M1	Objetivo 17 - O digital como fonte de recursos para políticas públicas essenciais

3.3.2. O plano Estratégico da PF 2021/2023 pode ser visualizado aqui: <https://pfgovbr.sharepoint.com/sites/intranet/fluxos-de-processos/Paginas/Forms>



- 3.6.12. O FLOREFLIGHT está incorporado nos computadores de bordo das aeronaves Embraer ERJ-175, cuja assinatura anual deve estar incluída nos custos do serviço de manutenção desta aeronave. Nesta aeronave este aplicativo é responsável por realizar o planejamento de voo, navegação e cartas aeronáuticas. (processo SEI 08211.005592/2020-34, documento nº 22602344).
- 3.6.13. O aplicativo FOREFLIGHT, em sua versão móvel, está disponível somente no sistema operacional ipados e ios, conforme informação disponível em sua página de suporte técnico: <https://www.foreflight.com/support/support-center/category/about-foreflight-mobile/115004919307>
- 3.6.14. As funcionalidades do aplicativo OZRUNWAYS estão descritas em lista divulgada no sítio eletrônico do fabricante e pode ser visualizado aqui: <https://www.ozrunways.com/store/features.jsp?region=AU>. Esta página demonstra que várias funcionalidades estão disponíveis somente no sistema operacional ipados e ios.
- 3.6.15. Outro aplicativo que foi considerado no estudo para aquisição de assinaturas de aplicativos de aviação também demonstrou certa limitação de funcionalidades disponíveis no correspondente aplicativo disponível no sistema operacional Android. Detalhe importante recai sobre o custo da assinatura, que é o mesmo independente do sistema operacional e destas limitações de funcionalidades. Exemplo deste aplicativo considerado para esta análise: AVPLAN EFB - lista de funcionalidades disponíveis por sistema operacional - <https://www.avplan-efb.com/avplanefb-features/>.
- 3.6.16. Por fim, um aplicativo de aviação tradicional e com funções com qualidades próximas ao FOREFLIGHT e que apresentam funcionalidades similares nos dois principais sistemas operacionais móveis, ipados e android. Trata-se da marca comercial GAMIN PILOT. Entretanto, o histórico de atualização deste aplicativo demonstra uma maior atenção dada a sua versão no sistema ipados, que pode ser observada pelo histórico de atualizações disponível em <https://apps.apple.com/us/app/garmin-pilot/id340917615> contra o histórico de atualizações deste aplicativo no sistema android, cuja versão oficial aparece em <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.digcy.pilot&gl=US> e frequência de atualizações pode ser observada - não oficial - em <https://apkpure.com/garmin-pilot/com.digcy.pilot/versions>.
- 3.6.17. Os aplicativos móveis que auxiliam na função de pilotagem de aeronaves, dentro ou fora da cabine, se utilizam de alta capacidade de processamento, alta capacidade de processamento gráfico (renderização e sobreposição de mapas) e boa capacidade de armazenamento de dados. É necessário que o equipamento consiga executar bem os softwares mais atualizados e com maior qualidade de que dispõe a aviação na atualidade.
- 3.6.18. Todas essas exigências estão cumpridas nos equipamentos ora apresentados como solução. Optou-se por tablets da Apple não só pela aparente superioridade técnica que oferecem, em comparação com o outro equipamento com capacidade similar disponível no mercado brasileiro, como também porque apresentam menor obsolescência ao longo dos anos, devido à constante atualização de sistema operacional e também devido à maior atenção dada, por parte dos desenvolvedores de aplicativos de aviação, aos aplicativos compatíveis com equipamentos desta marca, em comparação aos concorrentes.
- 3.6.19. Este tópico do estudo procurou demonstrar objetivamente que a escolha da solução atende de forma mais eficiente à questões de economicidade no longo prazo do investimento em bens públicos voltados para o auxílio do piloto na aviação pública.
- 3.7. Utilização do Sistema de Registro de Preços
- 3.7.1. Necessário por se tratar de materiais que há previsão inicial de demanda e também futura, porém sem previsão da exatidão da totalidade necessária, visando também a economia processual. Assim a situação se enquadra no(s) item(ns) disposto(s) no artigo 3º do Decreto nº 7.892, de janeiro de 2013, in verbis:
- 3.7.1.1. "Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:
- 3.7.1.2. I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de aquisições frequentes;
- 3.7.1.3. (...)
- 3.7.1.4. III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.
- 3.8. Da reserva de cotas para ME/EPP
- 3.8.1. A licitação do item 2 será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo em vista que o valor estimado da contratação se adequa ao valor estipulado no Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, in verbis:
- "Art. 47 Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.*
- Art. 48 Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a Administração Pública:*
- I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);"*
- 3.8.2. A licitação dos demais itens não serão exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo em vista que o valor estimado da contratação supera o valor estipulado no Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.
4. **ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
- 4.1. Requisitos de Negócio
- 4.1.1. Os requisitos de negócio são aqueles enunciados no tópico Necessidades de Negócio do Estudo Técnico Preliminar da Contratação, anexo ao Edital.
- 4.2. Requisitos de Capacitação
- 4.2.1. À presente contratação não se aplicam requisitos de capacitação por parte do fornecedor. O bem pretendido e os aplicativos para uso em operações de voo são de conhecimento comum à aviação civil. A capacitação de novos pilotos desta unidade será realizada internamente, sendo os pilotos mais experientes responsáveis por esta formação.
- 4.3. Requisitos Legais
- 4.3.1. Os equipamentos eletrônicos deverão ser homologado ou estar em conformidade com os requisitos de homologação da Anatel como forma de garantia da compatibilidade de seu sistema de comunicação com as redes de telefonia celular brasileiras.
- 4.4. Requisitos de Manutenção
- 4.4.1. Os equipamentos deverão ser fornecidos com GARANTIA TÉCNICA do FABRICANTE pelo período de, no mínimo, 12 (doze) meses para tablets e 90 (noventa) dias para demais itens, contemplando serviço de suporte e assistência técnica em centro técnico autorizado pelo fabricante, localizado no Distrito Federal, para efetuar manutenção corretiva, compreendendo a substituição de componentes, periféricos e peças.
- 4.4.2. O prazo de garantia será contado a partir da data de emissão da nota fiscal dos bens, desde que entra a emissão da nota fiscal e a efetiva entrega dos equipamentos não excedam a 5 (cinco) dias.
- 4.4.3. Os itens que apresentarem defeito de fabricação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas deverão ser substituídos pela CONTRATADA. O envio dos itens para eventual substituição correrá as expensas da CONTRATADA.
- 4.4.4. O serviço de assistência técnica em GARANTIA deve cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas nos equipamentos, de modo a restabelecer seu normal estado de uso e dentre os quais se incluem a substituição de peças de hardware, ajustes e reparos técnicos em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas pelo FABRICANTE ou a troca técnica (substituição) de equipamento avariado por outro novo (sem uso), no mesmo modelo e padrão apresentado na PROPOSTA ou superior.
- 4.4.5. Além de centro técnico físico situado no Distrito Federal, o acionamento do serviço de assistência técnica em GARANTIA deverá estar disponível também, através de central telefônica ou via website, ambos em língua portuguesa (Português-BR) para operacionalização da abertura de chamados e fornecimento de número de protocolo a fim de realizar o acompanhamento e monitoramento das solicitações.

- 4.4.5.1. A garantia deverá englobar qualquer atividade relacionada ao funcionamento dos equipamentos, tais como, manutenção corretiva em hardware para correção de defeitos de fabricação, sem ônus adicional para o CONTRATANTE;
- 4.4.5.2. A garantia deverá englobar qualquer atividade relacionada ao funcionamento dos softwares para correção de erros ou falhas de segurança;
- 4.4.5.3. Em caso de retenção do equipamento para análise técnica detalhada ou para os reparos de manutenção, a assistência deverá fornecer, no ato do recebimento do equipamento, o prazo previsto para devolução do mesmo;
- 4.4.5.4. O prazo mencionado acima deverá se limitar a 15 dias corridos.
- 4.4.6. O FABRICANTE deverá possuir site na internet com a disponibilização de manuais, drivers, firmwares e todas as atualizações existentes relativas ao equipamento ofertado. Durante toda vigência do CONTRATO e da GARANTIA, deverá ser mantida base de conhecimento de problemas, bem como o histórico dos reparos ou substituições para os equipamentos fornecidos.
- 4.4.7. Aplica-se no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
- 4.4.8. Quanto a validade dos produtos, esta deverão ser no mínimo de 05 (cinco) anos contados a partir da data de fabricação. Ademais, só serão aceitos, no recebimento dos lotes, produtos com no máximo 06 (seis) meses da data de sua fabricação.
- 4.4.9. A vigência do Contrato não exonera a CONTRATADA do período de garantia mínima exigida ou ofertada na proposta a qual consiste na prestação, pela Contratada, de todas as obrigações previstas na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e suas alterações.
- 4.4.10. A capacidade para prestar a assistência técnica deverá ser confirmada na fase da análise da proposta e requisitos técnicos da empresa primeira colocada no Pregão, através de declaração da própria empresa se comprometendo a oferecer assistência.
- 4.5. Requisitos Temporais
- 4.5.1. Os bens que compõem os objetos desta contratação deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias da data de assinatura do CONTRATO.
- 4.6. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade
- 4.6.1. O equipamento eletrônico deverá possuir elementos de segurança para manutenção da integridade das informações disponíveis no dispositivo.
- 4.6.1.1. Para fins do requisito anterior, o equipamento deverá possuir capacidade de desbloqueio de tela via leitor de impressão digital ou via escaneamento de face ou ambos. Ou ainda solução de segurança com tecnologia mais atualizada do que as descritas.
- 4.6.2. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a CONTRATADA e para seus fornecedores dever de sigilo.
- 4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais
- 4.7.1. No que couber, visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.
- 4.7.2. Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como Mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil, polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências citadas;
- 4.7.3. O idioma dos sistemas que fazem parte da solução, incluindo sistema operacional, site, sistema de chamados/suporte, assim como os manuais devem ser predominantemente em Português do Brasil ou inglês.
- 4.7.4. Além disso, devem cumprir, no que couber a Portaria Nº 170, de 10 de abril de 2012 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.
- 4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica
- 4.8.1. Tamanho de tela mínimo de 10" (dez polegadas) e máximo de 11" (onze polegadas);
- 4.8.2. Resolução da tela de no mínimo 2360 x 1640 pixels ou mínimo de 264 pontos por pixel;
- 4.8.3. Brilho máximo de no mínimo 500 nits;
- 4.8.4. Processador M1 da Apple, CPU de 8 núcleos, GPU de 8 núcleos;
- 4.8.5. Capacidade mínima de RAM de 8 Gb;
- 4.8.6. Conexão sem fio com tecnologia WI-FI 6 802.11ax, 2,4 Ghz e 5 Ghz simultâneos, Bluetooth 5.0;
- 4.8.7. Conexão celular com tecnologia 5G e 4G;
- 4.8.8. Entrada para cartão de chip Nano SIM;
- 4.8.9. Sistema de geolocalização GPS/GNSS
- 4.8.10. Sensores: giroscópio, acelerômetro, barômetro, sensor de luz ambiente;
- 4.8.11. Desbloqueio de tela via reconhecimento de digital ou de face, ou ambos;
- 4.8.12. Câmeras frontal e traseira com resolução de no mínimo 12 MP, foco automático, estabilização automática e localização geográfica;
- 4.8.13. Conexão física via USB-C, USB 3.1;
- 4.8.14. Capacidade de armazenamento mínima de 256 Gb;
- 4.8.15. Resolução de tela mínima
- 4.8.16. Fonte de alimentação 110/220 V bivolt automático;
- 4.8.17. Carregador com cabo e tomada de no mínimo 20 W, original do fabricante do equipamento;
- 4.8.18. Equipamento homologado pela Anatel;
- 4.8.19. Sistema operacional Ipad Os;
- 4.8.20. O equipamento deverá ser entregue na caixa original do fabricante;
- 4.8.21. Cor cinza-espacial;
- 4.8.22. Garantia do fabricante de 12 meses;
- 4.9. Requisito de Implantação
- 4.9.1. A CONTRATADA deverá entregar os equipamentos empacotados individualmente e com sistema operacional pré-instalado. Após o Recebimento Definitivo da solução. A montagem e configuração final no ambiente de utilização dos usuários será feita por servidores das unidades demandantes dos equipamentos.
5. RESPONSABILIDADES
- 5.1. Deveres e responsabilidades da Contratante
- 5.1.1. Designar comissão para acompanhar e fiscalizar a entrega do dos bens no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexo, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas e defeitos observados;

- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens ou instrumento formal, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Recusar com a devida justificativa, qualquer material entregue fora das especificações constantes na proposta da contratada;
- 5.1.5. Atestar a Nota Fiscal/Fatura após o recebimento definitivo do equipamento objeto desta licitação.
- 5.1.6. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.1.8. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.1.9. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.1.10. Observar e fazer cumprir os itens constantes do tópico **"Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços" presente neste item 5.**
- 5.2. **Deveres e responsabilidades da Contratada**
- 5.2.1. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Disponibilizar o endereço comercial, telefones e conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes e manter o CONTRATANTE informado quanto a eventuais alterações;
- 5.2.3. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.4. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;
- 5.2.5. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega de produtos e/ou realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.2.6. Substituir, as suas expensas, todo e qualquer material que estiver em desacordo com as especificações (e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento), após a notificação formal do CONTRATANTE;
- 5.2.7. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.8. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.9. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.10. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 5.2.11. A Contratada e seus funcionários que tiverem acesso às instalações físicas e digitais de qualquer área da POLÍCIA FEDERAL atendida por este certame estão comprometidas a manutenção de sigilo de quaisquer informações, sejam relevantes ou não para a segurança orgânica e inorgânica da POLÍCIA FEDERAL, durante a execução do objeto contratado.
- 5.2.12. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;
- 5.2.13. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 5.2.14. É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de quaisquer naturezas, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso;
- 5.2.14.1. O CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração;
- 5.2.14.2. Os materiais utilizados na embalagem do produto ofertado deverão ter sua reciclabilidade efetiva no Brasil.
- 5.3. **Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços**
- 5.3.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
- a) as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- b) definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável.
- 5.3.4. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
- Justificativas: a presente demanda é para fornecimento de bens de TIC, não serviços. Desta forma, cada unidade participante da Ata tem autonomia para solicitar o fornecimento de bem diretamente com o CONTRATADO, dentro dos limites da Ata.
- a) as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de Prova de Conceito, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica;
6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**
- 6.1. **Do Controle e Fiscalização da Execução**
- 6.1.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado comissão para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 6.1.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 6.1.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.1.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os

apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 6.2. Entrega e Critérios de Aceitação

- 6.2.1. Os bens que compõem os objetos desta contratação deverão ser entregues em até 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato.
- 6.2.2. Os objetos desta aquisição deverão ser entregues nos endereços do CONTRATANTE, localizado no Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Habitações Individuais Sul, Setor de Hangares, Hangar nº 13/14 (Comando de Aviação da Polícia Federal), CEP 71.608-030, em período comercial, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 18h00;
- 6.2.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no momento da entrega no endereço da CONTRATANTE, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e/ou na proposta.
- 6.2.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.2.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e/ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.2.6. Os equipamentos e acessórios deverão ser entregues acondicionados em caixa lacrada original do produto, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.
- 6.2.7. Manuais técnicos do usuário e de referência, originais, em Português do Brasil ou em inglês, contendo todas as informações sobre os produtos e suas funcionalidades com as instruções para instalação, configuração, operação das funcionalidades e administração do equipamento, confeccionados pelo fabricante podendo ser em meio físico ou digital;
- 6.2.8. O transporte dos equipamentos até os locais especificados, no dia da entrega, deverá ser realizado pela CONTRATADA (inclusive os procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado);
- 6.2.9. Quaisquer danos ocorridos no transporte dos equipamentos e observados a qualquer tempo, deverão ser reparados, sem qualquer ônus ou solidariedade por parte da CONTRATANTE.

## 6.3. Do Recebimento do Objeto

- 6.3.1. No local de entrega, a comissão responsável pela fiscalização fará o recebimento provisório dos equipamentos, limitando-se a verificar o conteúdo do(s) volume(s) com o discriminado na Nota Fiscal de simples remessa e emitirá o Termo de Recebimento Provisório (modelo em ANEXO);
- 6.3.2. Em caso de não conformidade do equipamento entregue com as informações contidas na Nota Fiscal, o(s) servidor(es) competente(s) discriminará, no Termo de Recebimento Provisório, as irregularidades encontradas. Dará ciência ao gestor do contrato e à CONTRATADA mediante os meios fornecidos por esta (e-mail, telefone e/ou whatsapp);
- 6.3.3. Para o recebimento definitivo dos equipamentos, que se dará em até 10 (dias) após o recebimento no endereço da CONTRATANTE, além da verificação técnica dos itens do edital, a CONTRATANTE fará uma análise detalhada da procedência dos equipamentos, considerando os seguintes procedimentos:
- 6.3.3.1. Verificação da origem dos equipamentos, no caso de importação: A CONTRATANTE analisará se os equipamentos foram legalmente introduzidos no Brasil. A empresa deverá entregar cópia dos documentos de importação junto à Receita Federal, devidamente legalizados;
- 6.3.3.2. Verificação física dos equipamentos. A CONTRATADA verificará se os equipamentos fornecidos, bem como seus componentes e acessórios são novos sem qualquer sinal de uso ou desgaste;
- 6.3.3.3. Verificação dos números de modelos dos equipamentos;
- 6.3.3.4. Fará o lançamento das especificações no Termo de Recebimento Definitivo (modelo em ANEXO);
- 6.3.4. A CONTRATANTE recusará os equipamentos caso os requisitos estabelecidos não sejam atendidos;
- 6.3.4.1. A CONTRATANTE discriminará, no Termo de Recebimento Definitivo, para o gestor do contrato as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos à CONTRATADA através de e-mail, telefone e/ou whatsapp;
- 6.3.5. A CONTRATADA deverá sanar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, prorrogável por igual período mediante autorização da CONTRATANTE, as irregularidades apontadas nos recebimentos provisório e definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;
- a) Nos casos em que produtos entregues sejam superiores aos especificados e/ou cotados, seja por terem saído de linha, por necessidade de substituição ou por opção da CONTRATADA, seja por outros motivos, deve ser observado:
- b) Os produtos deverão atender a todos os itens especificados neste Termo de Referência e seus anexos;
- c) O CONTRATANTE realizará todos os procedimentos necessários para a comprovação e registro de que os equipamentos são iguais ou superiores aos primeiramente especificados, se são compatíveis e funcionam em conjunto, apostilamento para novas proposições quando necessário e demais ações que forem pertinentes.

## 6.4. Do Pagamento

- 6.4.1. Pagamento só se dará mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, ateste da nota fiscal e autorização de faturamento;
- 6.4.2. Recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho dos equipamentos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades.

## 6.5. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

- 6.5.1. As quantidades estabelecidas para os itens são estimativas, não sendo obrigatória a contratação de sua totalidade.

Equipamento	Quantidade PF	Quantidade PRF
Tablet Ipad Air 5ª geração 2022 Wi-fi+5G 256 GB Homologado Anatel e garantia do fabricante de 12 meses	60	100
Película compatível com Ipad Air 2022 Vidro Temperado, oleofóbico, dureza mínima 7H, kit de instalação	60	100
Capa compatível com o tablet deste procedimento conforme especificações em anexo	60	100
Suporte de superfície com copo duplo de sucção (ventosas) conforme especificações em anexo	38	100



Suporte de perna conforme especificações em anexo	60	100
---	----	-----

**6.6. Mecanismos formais de comunicação**

6.6.1. Os contatos com a CONTRATANTE se dará por meio dos e-mails [contratos.cav.direx@pf.gov.br](mailto:contratos.cav.direx@pf.gov.br) e por pelos e-mails dos fiscais designados, e também pelos telefones (61) 2024-9549 - Setor de Contratos do Comando de Aviação da Polícia Federal, horário comercial, ou (61) 2024-9540 - Plantão Policial do Comando de Aviação, 24 horas, e também pelos telefones dos fiscais designados.

6.6.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar o endereço comercial, telefones e conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes e manter o CONTRATANTE informado quanto a eventuais alterações;

**6.7. Da Vistoria**

6.7.1. Aos licitantes é facultado visitas ao local de entrega dos bens requeridos neste procedimento.

**6.8. Da subcontratação**

6.8.1. Não será admitida a subcontratação dos objetos licitatórios.

**6.9. Do consórcio de empresas**

6.9.1. Serão admitidos consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

6.9.2. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.

6.9.3. As empresas integrantes do consórcio têm responsabilidade solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO****7.1. Garantia dos Equipamentos**

7.1.1. Os tablets terão garantia do fabricante de 12 (doze) meses, contatos da emissão da nota fiscal;

7.1.1.1. O prazo de entrega dos equipamentos eletrônicos não deverá exceder a 10 (dez) dias da emissão da nota fiscal;

7.1.2. As capas e os suportes deverão possuir garantia mínima de 90 dias contra defeitos de fabricação, contados a partir de seu recebimento;

7.1.3. A garantia deve ser oferecida pelo fabricante e de forma complementar pela CONTRATADA prevalecendo o prazo de garantia que for superior;

7.1.4. A garantia deverá atender ao disposto no tópico "Requisitos de Manutenção";

7.1.5. A CONTRATADA deverá estar apta a atender chamados técnicos, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, encaminhados diretamente ao contato fornecido pela CONTRATADA, para solução de problemas decorrentes de defeitos e/ou falhas no hardware e/ou software;

7.1.6. A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus para o CONTRATANTE, em até 15 (dez) dias úteis, o equipamento por um novo, quando comprovados defeitos de fabricação, que comprometa o seu desempenho ou funcionamento;

7.1.7. Caso a CONTRATADA entenda necessária a dilatação dos prazos para atendimento em um serviço específico deverá justificar-se tecnicamente por meio de relatório fundamentado formalmente;

7.1.8. Caso o CONTRATANTE não aceite as argumentações quanto à dilatação dos prazos para atendimento, não haverá interrupção na contagem do prazo definido previamente;

7.1.9. Quaisquer peças, componentes, acessórios ou outros materiais que apresentarem defeitos de fabricação e/ou instalação devem ser substituídos por originais, iguais ou superiores e obrigatoriamente novos, sem ônus para a CONTRATANTE. Em caso da descontinuidade de sua fabricação, ou não mais disponibilidade no mercado nacional e internacional para sua aquisição, poderão ser utilizados, com a concordância prévia da CONTRATANTE, componentes, peças e materiais reconicionados, ou de outros fabricantes, mas que sejam necessariamente compatíveis, em qualidade, aparência e características técnicas, com os originais e que ainda demonstrem ter passado por rigoroso processo de preparação para reutilização;

7.1.10. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, aparência, etc.) e devem ser do fabricante do equipamento ou atestadas pelo fabricante do equipamento. A CONTRATANTE poderá a seu critério e a qualquer tempo consultar o fabricante dos equipamentos quanto à procedência de origem das peças e componentes fornecidos, através de número de série.

**7.2. Sanções Administrativas**

7.2.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo; ou
- cometer fraude fiscal.

7.2.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - Multa:

(1) moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.2.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

7.2.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.2.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:



- 7.2.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 7.2.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.2.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.2.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.2.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 7.2.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.2.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 7.2.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.2.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 7.2.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.2.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.2.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.3. **Do Pagamento**
- 7.3.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.3.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRANTE atestar a execução do objeto do contrato.
- 7.3.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.3.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 7.3.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.3.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 7.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.3.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.3.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.3.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 7.3.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.3.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 7.3.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.3.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.3.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6 / 100) / 365 \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

## 8. ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. O valor estimado para a aquisição dos equipamentos pela Polícia Federal é de **R\$ 760.861,20** (setecentos e sessenta mil oitocentos e sessenta e um reais e vinte

- centavos).
- 8.1.1. Valor previsto da totalidade dos tablets: R\$ 623.405,80
  - 8.1.2. Valor previsto da totalidade das películas de proteção: 13.112,40
  - 8.1.3. Valor previsto da totalidade das capas e suportes: R\$ 124.343,00
- 8.2. O valor estimado para a aquisição dos equipamentos pela Polícia Rodoviária Federal é de **R\$ 1.304.769,00** (um milhão, trezentos e quatro mil setecentos e sessenta e nove reais).
- 8.2.1. Valor previsto da totalidade dos tablets: R\$ 1.039.010,00
  - 8.2.2. Valor previsto da totalidade das películas de proteção: R\$ 21.854,00
  - 8.2.3. Valor previsto da totalidade das capas e suportes: R\$ 243.905,00

8.3. Foram realizadas pesquisas de preços em atenção à Portaria Nº 449/MJSP, de 18 de maio de 2021, conforme critérios e padrões definidos pela Instrução Normativa Nº 73 de 05 de agosto de 2020, da Secretaria de Gestão da Secretaria de Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Grupo	Item	Equipamento	Valor Unitário Máximo	Quantidades PF	VALOR TOTAL MÁXIMO PF	Quantidades PRF	VALOR TOTAL MÁXIMO PRF
1	01	Tablet Ipad Air 5ª geração 2022 Wi-fi+5G 256 GB  Homologado Anatel, garantia do fabricante de 12 meses e demais especificações técnicas em anexo.	<b>R\$ 10.390,10</b>	60	R\$ 623.405,80	100	R\$ 1.039.010,00
	02 Cota exclusiva para MEE/EPP	Película compatível com Ipad Air 2022  Vidro Temperado, oleofóbico, dureza mínima 7H, kit de instalação	<b>R\$ 218,54</b>	60	R\$ 13.112,40	100	R\$ 21.854,00
	03	Capa compatível com o tablet deste procedimento conforme especificações em anexo	<b>R\$ 1.139,05</b>	60	R\$ 68.343,00	100	R\$ 113.905,00
1	04	Suporte de superfície com copo duplo de sucção (ventosas) conforme especificações em anexo	<b>R\$ 1.000,00</b>	38	R\$ 38.000,00	100	R\$ 100.000,00
	05	Suporte de perna conforme especificações em anexo	<b>R\$ 300,00</b>	60	R\$ 18.000,00	100	R\$ 30.000,00

- 8.4. As propostas de preços deverão ser apresentadas com as especificações detalhadas dos itens, constando marca, modelo e quantidades; deve contemplar preço unitário de cada item e o valor global, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos, impostos, taxas, fretes, seguros, encargos trabalhistas e sociais e demais custos que incidam direta ou indiretamente, implícita ou explicitamente, sobre os equipamentos e serviços que constituem a solução.
- 8.5. Serão consideradas vencedoras as propostas de MENOR VALOR POR ITENS desde que atendidas as exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos e no edital do Pregão.
- 8.6. Os itens do grupo 1 serão contratados de forma isolada, para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.
9. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**
- 9.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.
- 9.2. Os quantitativos serão solicitados conforme demandas e necessidades da administração. Os pagamentos ocorrerão conforme descrição no tópico **Do Pagamento**.
- 9.3. Os quantitativos previstos são estimados, não havendo obrigação por parte da Administração Pública de sua aquisição.
10. **DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**
- 10.1. O contrato vigorará por <XXX> (<XXX>) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a <XXX> (<XXX>) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.1.1. Os prazos acima mencionados serão estipulados no momento da assinatura do contrato.
- 10.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantagem dos preços contratados para a Administração.
- 10.3. O término da vigência contratual não exime a CONTRATADA das obrigações assumidas durante o período de garantia do(s) material(is), equipamento(s) ou serviço(s), ficando sujeita às penalidades previstas no contrato em caso de descumprimento das prescrições previstas neste instrumento.
11. **DO REAJUSTE DE PREÇOS (QUANDO APLICÁVEL)**
- 11.1. Os preços ofertados são fixos e irrevogáveis.
12. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação
- 12.1.1. A presente contratação adotará o regime de execução contratação de empreitada por preço unitário, sendo realizada na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço do item ou do grupo, em observância ao Art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19.
- 12.1.2. Os bens definidos no presente Termo de Referência têm seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, cujas especificações são reconhecidas e usuais de mercado, sendo, portanto, considerados comuns, conforme as características previstas na Lei nº 10.520/02 e hipóteses previstas no Decreto 7892/2013 e Decreto 9488/2018.
- 12.1.3. O adjudicado será o que ofertar o menor valor por item ou por grupo. Entretanto, os itens serão registrados por preço unitário, conforme proposta do fornecedor

aceita pelo pregoeiro.

12.2. Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

12.2.1. Os bens do item 2 deste procedimento serão destinados exclusivamente à disputa entre microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Art. 48, III, da Lei Complementar 123/2006.

12.2.2. Os demais grupos deste certame atenderão ao disposto no Art. 44, §2º da mesma Lei.

12.3. Critérios de seleção do fornecedor

12.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

12.3.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.3.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados de fornecimento de ao menos 10 unidades de equipamentos com características técnicas e preço de revenda similar ao deste procedimento.

12.3.3.3. O atestado de capacidade de fornecimento não se aplica aos licitantes dos itens 2, 3, 4 e 5 deste Termo de Referência.

13. DOS ANEXOS

13.1. Estudo Técnico Preliminar Digital - ETP 49/2022 (24727941) e ETP 183/2022 (25864764)

13.2. Modelo de Termo de Recebimento Provisório (24287313)

13.3. Modelo de Termo de Recebimento Definitivo (24287375)

14. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída por despacho do Senhor Ordenador de despesas no documento SEI nº 23177175.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 1, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

<b>WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA</b>  Delegado de Polícia Federal  Coordenador do Comando de Aviação  INTEGRANTE REQUISITANTE	<b>OBERALDO BARBOSA DE MEDEIROS</b>  Agente de Polícia Federal  INTEGRANTE TÉCNICO	<b>CAMILA FRANCO LOBATO ARAÚJO</b>  Administradora  INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
---	--	---

<b>Autoridade Máxima da Área de TIC</b>
<b>JOÃO VIANEY XAVIER FILHO</b>  Delegado de Polícia Federal Diretor de Tecnologia da Informação e Inovação

Aprovo,

<b>Autoridade Competente</b>
<b>SANDRO TORRES AVELAR</b>  Delegado de Polícia Federal Diretor Executivo



Documento assinado eletronicamente por **OBERALDO BARBOSA DE MEDEIROS, Agente de Polícia Federal**, em 22/11/2022, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA, Coordenador(a)**, em 22/11/2022, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO TORRES AVELAR, Diretor Executivo**, em 25/11/2022, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO VIANEY XAVIER FILHO, Diretor(a)**, em 29/11/2022, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **25898625** e o código CRC **7CADFABÉ**.

---

Referência: Processo nº 08211.000910/2022-32

SEI nº 25898625